

MAJOR-GENERAL

FILIFE ARNAUT MOREIRA

O DOMÍNIO DO PODER

COMPREENDER AS CAUSAS E OS
INTERESSES DA **GEOPOLÍTICA MUNDIAL**

 Planeta

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	9
PARTE I – A DINÂMICA DOS INTERESSES E DAS CAUSAS	13
Subindo a montanha	15
Capítulo 1 – Os interesses e as causas	23
Capítulo 2 – Evolucionismo, determinismo e possibilismo	40
Capítulo 3 – Geografia, geopolítica e geoestratégia.	54
Capítulo 4 – Os atores do sistema internacional.	65
Capítulo 5 – Os fatores do poder.	99
PARTE II – ESPAÇOS DE COMPETIÇÃO E DE CONFLITO	125
Capítulo 6 – A globalização e a desglobalização	127
Capítulo 7 – A ordem mundial	143
Capítulo 8 – O mundo ocidental e as democracias liberais.	196
Capítulo 9 – A visão imperial russa	225
Capítulo 10 – A China assertiva	244
Capítulo 11– O Sul Insatisfeito	270
Capítulo 12 – As dinâmicas regionais.	287
Capítulo 13 – O sistema nuclear	301
Capítulo 14 – O ciberespaço e a inteligência artificial.	320
PARTE III – DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO	327
Capítulo 15 – Os bens comuns globais	329
Capítulo 16 – A população e os recursos	331
Capítulo 17 – As migrações.	336
Capítulo 18 – As Nações Unidas e as causas comuns	341

Reflexões finais	353
Referências bibliográficas	359
APÊNDICES	369
Apêndice A – Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos	369
Apêndice B – Quadro conceptual	371

Nota introdutória

O Instituto de Altos Estudos Militares, criado em 1911 com a anterior designação de Escola Central de Oficiais, desenvolveu um trabalho notável na área da formação superior dos oficiais do Exército. Com um corpo sólido de professores militares, um leque alargado de eminentes académicos – como o professor Adriano Moreira, que ali deu aulas durante muitos anos – e com capacidade de atrair conferencistas de referência como Mikhail Gorbachev e Zbigniew Brzezinski, o IAEM distinguiu-se pela excelência de um ensino muito abrangente nas áreas da tática, da administração e da estratégia.

Servi no IAEM durante cerca de sete anos, seguindo aquele percurso, que é muito peculiar na carreira militar, de ir alternando as funções de professor com as de auditor. A docência e a discência fazem parte integrante do processo de aprendizagem na vida militar. A permanente alternância entre as duas reafirma a evidência de que todo o conhecimento científico evolui com o tempo e que é necessário periodicamente voltar aos bancos de escola para reconfigurar e atualizar as nossas competências.

Se inicio este livro com uma saudosa recordação do IAEM é porque foi ali, naquelas magníficas instalações de Pedrouços, no local do antigo palácio e quinta dos duques do Cadaval, que iniciei a minha paixão pela geopolítica. Tive, aliás, a felicidade invulgar de iniciar este percurso pelo ensino da geografia militar, com base no muito completo estudo produzido pelo saudoso general José Loureiro dos Santos e intitulado *Elementos para a Defesa da Zona de Operações Terrestre de Portugal* (1982). Não se poderia escolher uma melhor aproximação à geopolítica do que a iniciar pelo estudo da influência que a geografia tem na condução das operações militares. A geografia está

em todo o lado, mas nem sempre estamos cientes da sua influência em tantas áreas da atividade humana.

Também se aprende ensinando e aprendi muito durante os anos em que lecionei Geopolítica e Geoestratégia no IAEM e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O corpo discente que encontrei constituiu, invariavelmente, uma audiência interessada e participativa, exigindo não apenas conhecimento mas também rigor e método.

Por muitos que tenham sido os auditores a quem lecionei estas matérias, o seu número é sempre reduzido quando tomamos em consideração a vastidão do público que segue com atenção os grandes temas da atualidade internacional. Despertei para esse interesse quando, no quadro da excelente iniciativa do Instituto da Defesa Nacional, comecei a colaborar periodicamente no Curso Intensivo de Segurança e Defesa que decorre, em anos alternados, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Este salto para fora do ambiente estritamente académico permitiu confirmar a enorme apetência que existe num vasto espectro da sociedade civil pelos temas relacionados com a segurança e a defesa. Integrados e perspetivados no quadro geral do sistema internacional e analisados através de ferramentas de sistematização como a estratégia, a geopolítica e a geoestratégia, estes cursos têm tido um relevante impacto na forma como se encaram as questões de segurança e defesa num mundo objetivamente complexo.

O desafio que me foi lançado pela Editora Planeta de escrever um livro subordinado ao título genérico inicial de «Geopolítica» corresponde, exatamente, a esta nova perspetiva de nos dirigirmos a um público mais vasto, não necessariamente interessado numa abordagem conceptual, mas desejoso de aprofundar o seu conhecimento nos mecanismos de poder que dinamizam a sociedade internacional. Ficou claro, desde a nossa primeira reunião no início de novembro de 2022, que não pretendíamos elaborar um manual de geopolítica. Há, felizmente, imensos manuais já publicados nesta área e que possuem relevante interesse científico. O que pretendíamos era levar, a um público alargado, ferramentas e perspetivas de análise que permitam, de uma forma mais integrada, compreender os fenómenos de competição, de conflitualidade e de cooperação que pontuam o nosso tempo.

Por muito interessante e tentador que seja, do ponto de vista sistemático, uma abordagem mais clássica e histórica a este assunto, muitos dos fenómenos que ocorrem em geopolítica têm reprodução idêntica em várias eras. Entendi, assim, ser mais interessante para o leitor uma abordagem temática.

Todo este projeto foi construído para tornar a leitura de cada capítulo independente de todos os outros. Cada capítulo conta uma história e, como num livro de histórias, é indiferente a ordem pela qual as lemos. Para facilitar a leitura e a compreensão das interdependências e causalidades dos diferentes assuntos, optei por agrupar os conteúdos em três partes distintas. Começarei pela «Dinâmica dos interesses e das causas», apresentando os mecanismos que impulsionam as relações internacionais, os atores e as suas motivações, os instrumentos de afirmação do poder e as grandes ferramentas para a análise geopolítica. Na Segunda Parte, intitulada «Espaços de competição e de conflito», desenvolverei as grandes questões internacionais do nosso tempo, numa perspetiva de competição por recursos e influência, e abordarei o inevitável aparecimento de crises e conflitos nos patamares regional e global. Na Terceira Parte, «Domínios de cooperação», abrirei caminho para a necessidade de uma nova abordagem geopolítica, menos centrada na competição e no conflito e mais assertiva relativamente às ameaças globais aos bens comuns da humanidade. Exigem-se consensualizações e compromissos difíceis, mas também novos protagonistas.

Este livro não traduz a opinião de nenhum grupo ou instituição em particular. Procura ser uma visão informada do mundo contemporâneo e das dinâmicas que alimentam a sociedade internacional. É uma visão pessoal, articulada em torno dos grandes valores que pautam as nossas democracias liberais, sem cedências a perspetivas excessivamente simplificadoras ou popularmente radicais. Valoriza-se aqui uma aproximação aos problemas numa perspetiva moderada, por ser a moderação o espaço crucial onde é possível promover o diálogo e encontrar soluções realistas. Sendo uma visão pessoal, não será, portanto, universalmente consensual. Como em tudo na vida, sempre haverá os que acham que é necessário ser mais assertivo e ousado e os que entendem que já se foi longe demais. Sendo impossível encontrar a consensualidade em torno de tantos temas e possibilidades de abordagem, procurou-se que a obra fosse objetiva, equilibrada e alimentada pelas melhores fontes de informação e que permitisse, pela sua credibilidade, alimentar o esforço de compreensão dos assuntos, a sua discussão e o seu aprofundamento.

Há que ser humilde e descobrir na crítica um estímulo e não uma desilusão. E o primeiro crítico de qualquer obra é sempre o seu autor, que a considera invariavelmente incompleta em face dos assuntos que ainda poderia incorporar e imperfeita pelos múltiplos ângulos de abordagem que ficaram

por materializar. Apetece sempre revê-la, acrescentando, modificando, reforçando ou eliminando títulos, capítulos, conceitos, palavras.

Relembro aqui, a este propósito, a insatisfação do general prussiano Carl von Clausewitz quando fez a releitura dos manuscritos que escrevera durante catorze anos. Ao reler *Vom Kriege (Da Guerra)*, essa obra fundamental que revolucionou a compreensão da conflitualidade, Clausewitz encontrou imperfeições e dissonâncias entre os vários capítulos e iniciou a sua revisão geral a partir de 1827. Só teve tempo de rever os primeiros manuscritos. Morreu em 1831, sem que a sua obra estivesse terminada. Por maior que seja a ambição do autor, há sempre uma escala humana de que não nos conseguimos libertar.

Estas são as explicações necessárias para que se compreenda o sentido geral da obra *O Domínio do Poder*. Aqui encontrará o leitor as ferramentas e as análises que sustentam uma visão integrada do mundo contemporâneo, com a sua conflitualidade, desafios e oportunidades. Por aqui se alternarão visões macroscópicas, que pretendem apontar os grandes eixos de desenvolvimento das relações internacionais, com as pequenas histórias particulares que lhe conferem um sentido de humanidade. Quanto ao estilo, é o mesmo que gosto de anunciar nas minhas conferências:

Sem excessiva simplificação nem desnecessária complexidade.

Parte I



A dinâmica dos interesses e das causas

Todas as causas nos parecem gloriosas.
Todos os interesses nos parecem mesquinhos.
Quantos interesses esconde uma causa?

Subindo a montanha

Tudo é agreste por aqui. A vereda não para de subir e há muito que o automóvel teve de ser deixado lá mais abaixo. Os sulcos escavados pelas águas na estrada de terra batida tornaram a condução perigosa. Mais uma curva apertada, seguida de outra contornando os afloramentos rochosos ou os impressionantes blocos de pedra que a natureza, ao longo de centenas de milhares de anos, foi arrancando dos cumes da montanha e espalhando pelas suas encostas. A vegetação acompanha as condições rigorosas desta vertente. Perene e coriácea, arrasta-se sobre o solo, derrubada pelo vento que sopra de norte. Só lá mais em cima, onde as dobras do terreno fornecem escassa proteção, se erguem alguns pinheiros, sobreviventes inesperados de sucessivas épocas de incêndios. Estou perto do cume. Já não faltará muito para dar descanso aos joelhos martirizados pelo esforço da caminhada e aos tornozelos arranhados pelas silvas.

Mais uma curva e surge, finalmente, o destino desta manhã de caminhada. Descobre-se o Forte do Cego, a obra militar número 9 dessa primeira linha de defesa que se estende desde o rio Tejo até à foz do rio Sizandro. Desiludam-se os que por aqui esperavam encontrar uma obra imponente da arquitetura militar. O tempo dos majestosos castelos acabara quando os progressos da artilharia tornaram frágeis os tradicionais altos panos de muralha. No início do século XIX, as fortalezas militares tinham um perfil significativamente mais baixo e estavam protegidas por taludes de terra à sua frente, o que tornava a sua identificação mais difícil e protegia as muralhas de pedra do impacto das granadas explosivas da artilharia inimiga. Estamos perante uma fortificação muito simples e de carácter funcional como a generalidade das mais de 150 fortificações das Linhas de Torres Vedras,

concebidas pelo coronel Richard Fletcher e pelo corpo de oficiais engenheiros do Exército Português, seguindo as ordens e as orientações gerais de Sir Arthur Wellesley, duque de Wellington e marechal general dos exércitos portugueses. Era necessária uma fortaleza que pudesse bater as forças francesas que avançassem pelo vale de Arruda e cruzar fogos com o Forte da Carvalha, protegendo a sinuosa estrada que ligava Arruda a Bucelas, através do sítio da Mata. Era preciso acolher uma guarnição de 280 soldados em torno das suas quatro canhoneiras, equipadas com três peças de calibre 9 e uma de calibre 12.

Não é difícil adivinhar o nervoso das tropas anglo-lusas que, naquele longínquo mês de outubro de 1810, esperavam a chegada das tropas napoleónicas comandadas pelo marechal André Masséna. Já com elas se tinham defrontado na não-decisiva Batalha do Buçaco em 27 de setembro de 1810. E também não é difícil perceber o sentimento de impotência reinante entre as forças francesas quando, no seu avanço sobre Lisboa, se depararam com esta conjugação sinérgica da arte militar com as escarpas majestosas fornecidas pela natureza. Tentaram ainda os franceses investidas no Sobral, em Dois Portos e em Seramená. Sem sucesso, nem reforços, nem logística, Masséna decide a 15 de novembro de 1810 retirar as suas forças do território português.

O que aqui é esplendoroso não é a arquitetura militar, mas a sua integração perfeita, numa conceção engenhosa em que as paredes da montanha fazem as vezes dos panos de muralha dos antigos castelos e as dissimuladas canhoneiras o papel das ameias de onde se disparavam os projéteis. A geografia forneceu a oportunidade e o homem, na sua genialidade, aproveitou-a para a sua obra.

Mas regressemos à paisagem, que foi também isso que nos arrastou pela serra acima. A norte, mostra-se no horizonte a imponente serra de Montejunto. A leste, a vista perde-se nos confins da Lezíria do Tejo. A oeste, as escarpas conduzem-nos a Sobral de Monte Agraço. A sul, as serras e desfiladeiros conduzem a Lisboa.

Aqui em cima é o reino dos pastores. De gente solitária entre rebanhos imensos de cabras, com quem aprendem a comunicar através de cães atentos. Na mão um cajado, não vá algum imprevisto acontecer, um apoio para o descanso do corpo e para a reflexão da alma, um símbolo de autoridade que o rebanho aprendeu a respeitar. Aqui os terrenos são selvagens, sem cercas nem delimitações visíveis, como se ninguém entendesse que deles

valeria a pena tomar conta. Inacessíveis, escarpados, cheios de pedras e varridos pelo vento. Bons para as cabras, sem dúvida, que parecem apreciar andar por ali encavalitadas. Desafiam as alturas, os barrancos e a dureza das folhas das plantas, que parecem pouco apetecíveis aos outros animais.

À medida que o nosso olhar caminha pela montanha abaixo, verificamos como o terreno se vai suavizando progressivamente. Torna-se menos inclinado e menos pedregoso. Ali se descobrem as primeiras casas nas primeiras quintas, algumas centenárias. Os terrenos de barro permitem a atividade agrícola e a fixação do homem, mas a inclinação recomenda a vinha, que por aqui se estabeleceu como referência há muito tempo.

E lá em baixo, no vale, cruzado pelas ribeiras que descem das montanhas e pelas estradas que facilitam o acesso ao Tejo, encontra-se a vila de Arruda dos Vinhos. No núcleo antigo, as casas encostam-se umas às outras, dispostas ao longo de ruas estreitas, que o espaço era coisa valiosa que importava aproveitar. Por entre os prédios baixos, que entretanto se foram construindo, ainda se vislumbra a torre da igreja matriz. A sua centralidade acentua os valores sempre presentes de uma pegada cultural pluricentenária. Na vila se concentram, com maior intensidade, as atividades essenciais à vida da comunidade. A vila é, nuclearmente, um centro de disponibilização de serviços. A administração local e as extensões da administração central, a educação, a saúde, o apoio social, o pequeno comércio local, o artesão e o técnico, o prestador de serviços, os bancos e os correios, os restaurantes e os cafés, os bancos de jardim e as esquinas concorridas, tudo convida à socialização e ao reforço de um sentimento de comunidade.

Agora que a vista se cansou da observação detalhada, toma fôlego no espírito a questão da evolução deste sentimento de comunidade para formas mais elaboradas de organização social e política.

A família

À semelhança de tantos outros mamíferos, estamos, pelas nossas fragilidades à nascença, profundamente dependentes da nossa família para todos os cuidados necessários à nossa segurança e à nossa alimentação. É uma dependência enorme e que se estabelece ao longo de imenso tempo. A nossa sobrevivência depende de outros e esse é o primeiro passo do nosso processo de socialização. Regras fundamentais desse processo, como a noção de

autoridade – não podemos fazer tudo o que queremos sem correr um risco sancionatório – ou a noção de *afeto* ou de *amor* – que nos reconforta e nos perdoa na nossa adversidade e nos nossos erros –, são aprendidas no seio do círculo familiar. A família é a nossa introdução à sociedade e, à medida que ganhamos consciência do seu funcionamento, também ali aprendemos processos mais complexos como o da *subsidiariedade* – há um nível próprio para resolver cada problema sem necessidade de o escalar despropositadamente – ou o da *solidariedade* – temos um percurso comum que se torna mais simples quando nos ajudamos uns aos outros. Todos estes processos têm uma dupla finalidade a jusante, que é o de proporcionar uma convivência harmoniosa dentro do grupo nuclear e o de nos preparar para o grande passo de socialização fora do ambiente familiar.

Aristóteles, que podemos considerar o pai do empirismo, compreendeu que o conhecimento resulta da experimentação e que é a vivência dos problemas que nos ajuda a percebê-los e a encontrar soluções. Por isso começamos esta análise pela família, que constitui o nosso percurso inicial de experimentação da vida em grupo. O ser humano é, para Aristóteles, um ser social que só interioriza plenamente a sua natureza quando exerce o papel de cidadão. Está portanto destinado a viver na *polis*. Olhemos então para os espaços sociais mais alargados em que nos integraremos enquanto humanos.

A comunidade

O nosso segundo passo de socialização exerce-se no ambiente mais alargado da comunidade. O elemento característico de uma comunidade é a proximidade. Constitui-se a partir do convívio com os nossos vizinhos, com as pessoas da nossa rua, à mesa dos cafés, nos espaços públicos, no pequeno comércio local. Frequentemente as pessoas tratam-se pelo nome, partilham sentimentalmente os seus sucessos e as suas desventuras. Tornam-se amigas. Perguntam umas pelas outras. Sofrem umas com a amargura das outras. Em suma: tornam-se próximas. Já não é apenas a proximidade física que identificamos como característica potenciadora da comunidade, mas a proximidade afetiva que entretanto se estabeleceu. As desgraças que afetam a comunidade são sentidas por todos os seus membros e por isso se estabelecem, neste nível, fortes laços de solidariedade.

As comunidades acabam por estabelecer padrões de socialização interna que constituem o guia de relacionamento no seu seio. Não são regras escritas, mas regras intuídas em múltiplos domínios da interação social.

A nação

Enquanto a expressão territorial mais comum de uma comunidade é a aldeia, a vila ou o bairro de uma cidade, espaços onde impera o fator proximidade, as nações necessitam de espaços consideravelmente mais vastos para se poderem constituir. A nação é uma grande comunidade de valores que se exprime através de um povo e da sua ligação a um território. Olhe-mos com maior atenção para cada um destes elementos e para as influências recíprocas que entre eles se estabelecem.

A noção de povo não é uma noção de natureza genética. Os grandes processos de migração natural ou guerras de invasão em larga escala misturaram populações de origens diversas. Misturaram populações e misturaram culturas. Trouxeram novas técnicas e novas artes. Trocou-se conhecimento. E depois veio o tempo, transformando os contributos distintos num sedimento comum, consolidando-o e dotando-o de uma identidade própria.

O povo não é apenas uma população. O povo é uma população habituada a viver em conjunto há muito tempo, testada pelos momentos épicos coletivos e pelos infortúnios da história. É o tempo, o tempo longo de convívio, o ingrediente essencial que intervém na passagem de uma população para um povo. Por isso, as nações são sempre entidades antigas que sobreviveram à passagem do tempo. O tempo longo de convívio conduz ao aparecimento de valores.

Os *valores*, num sentido ético e moral, são princípios que estabelecem um padrão de comportamento comum, necessário à sustentação da vida coletiva e ao funcionamento justo e harmonioso da sociedade. Não são necessariamente escritos nem possuem a força de lei, mas são reconhecidos pela sociedade como orientações comportamentais essenciais ao seu funcionamento e interiorizados individualmente como padrões a respeitar. O provérbio popular «Em Roma sê romano» traduz, de forma exemplar, a centralidade dos valores no processo de construção das identidades.

O conjunto dos valores éticos e morais que orienta as sociedades é muito semelhante em todo o mundo. O que é substancialmente diferente é a hierarquia que entre esses valores se estabelece. Cada sociedade tem a sua

hierarquia de valores e é isso que torna as sociedades tão diferentes umas das outras. Nas sociedades ocidentais, de matriz liberal, o valor supremo é a *vida*, enquanto em sociedades de matriz vincadamente religiosa o valor supremo é o *respeito a Deus*. Esta hierarquia conduz a sociedades profundamente diferentes, quer na sua organização política e social, quer no seu próprio corpo legislativo. Comportamentos que para umas sociedades se enquadram no âmbito da apreciação ética e moral individual, para outras sociedades podem constituir um crime.

O processo de construção de uma identidade própria pode ser feito contra os outros ou em relação aos outros. No primeiro caso intervêm os processos históricos de conflito: o outro é o *inimigo*. No segundo caso, o processo de construção da identidade própria é de natureza cultural: o outro é o *estranho*.

Idealmente as nações aspiram a espaços de soberania onde possam praticar livremente os seus valores e implementar as suas políticas próprias. Mas também encontramos nações sem território soberano. Estes casos constituem um desafio geopolítico à escala regional e são, frequentemente, a origem de uma conflitualidade persistente.

A pátria

A pátria é uma nação com heróis. O conceito parece simples, até demasiado simples, mas contém os dois elementos essenciais à sua compreensão. O primeiro é que não se pode construir uma pátria sem ter uma nação. A pátria é uma exaltação coletiva da nação. Contempla igualmente povo, valores e território. Mas distingue-se da nação pela particularidade de ter resistido às adversidades históricas que testaram ao limite a solidez da sua vontade coletiva, sendo o exemplo mais tradicional a expressão da resistência feroz a uma invasão por um ator externo. Quando alguns dão a sua vida para defender a sua nação e se tornam os seus heróis é porque o sentimento de nação se encontra de tal forma interiorizado que a sua defesa merece todos os sacrifícios individuais. Incluindo o da própria vida. É por isso que todas as pátrias têm os seus heróis.

Pátria e estado não são a mesma coisa. A pátria vive no coração dos seus filhos e exprime-se em valores, enquanto o estado vive sobre um território e exprime-se em leis.

O estado e a sociedade

O estado é a materialização da completa autonomia de uma sociedade politicamente organizada que exerce efetiva soberania sobre um território. Tem internamente uma tradução organizativa e jurídico-constitucional e é reconhecido externamente pelo sistema internacional. Propositadamente evitámos aqui referir o termo nação, preferindo substituí-lo pela forma mais genérica de *sociedade politicamente organizada*. Fizemo-lo porque o que distingue uma nação de uma sociedade é que a primeira assenta em valores comuns e a segunda em leis. Isto é, podemos encontrar no seio de muitas sociedades visões e padrões culturais tão diversos que o elemento de harmonia necessário à vida comum tem de ser a lei escrita.

Idealmente o nascimento de um estado seria o apogeu do percurso histórico de uma nação, mas a realidade é muito diversa. Existem no mundo muito poucos estados-nação. A maioria das fronteiras não respeitou nem afinidades culturais nem étnicas no encapsulamento dos povos dentro dos estados. Pelo contrário, na esmagadora maioria dos casos, as fronteiras políticas foram impostas aos povos pelo uso da força ou pela negociação entre interesses imperiais. Os processos históricos acabaram por produzir estados muito diversos no que respeita à composição da sua população. Podemos hoje encontrar estados contendo no seu interior uma nação, várias nações ou até partes de uma nação, como no caso de muitos estados cujas fronteiras foram traçadas por outras conveniências, independentemente das afinidades étnicas e culturais dos povos. Frequentemente a fronteira dividiu aquilo que a identidade unia.

O relacionamento do estado com a nação, ou as nações, é um processo dinâmico que funciona com interações nos dois sentidos. Por um lado, os aspetos jurídico-constitucionais dos estados refletem a matriz cultural maioritária – veja-se a influência da *sharia* no ordenamento jurídico de alguns países –, mas o próprio estado pode ser, ele próprio, um construtor de nações. É um processo que requer tempo, muito tempo, muita habilidade e sabedoria política. Veja-se a este propósito o impacto que teve, na construção da nacionalidade portuguesa, a imposição do galego-português como língua oficial do Reino de Portugal. D. Dinis sabiamente compreendeu, em 1290, que a língua comum era um traço determinante na construção de uma nação. A língua oficial adotada pelo estado favorecia a construção da identidade nacional. No caso português, a construção da identidade nacional foi uma

tarefa mais simples e também facilitada por outros dois fatores não despidendo: só tinha uma fronteira terrestre e estava amadurecida a sua matriz cultural cristã. E depois o tempo e a história fizeram o resto do trabalho.

Noutros estados, o processo de construção da nação foi bem mais complexo. Por um lado, porque passou menos tempo desde a sua independência. Por outro, porque a existência de fraturas culturais internas, nas respetivas sociedades, dificulta o aparecimento dos valores comuns essenciais à construção da nação.

A admissão da diversidade interna é muito visível na forma como alguns estados se organizam. Por razões de extensão, e a extensão traz também diversidade, por razões históricas, culturais ou geográficas, cerca de 20 estados atuais contemporâneos decidiram organizar-se segundo um modelo de federação. Neste modelo, o governo federal assume, sobretudo, as grandes funções de soberania como a defesa e a diplomacia. Nos outros domínios da ação política concede um elevado grau de autonomia às entidades políticas regionais que constituem a federação. Estas autoridades exercem a governação das respetivas regiões dentro dos limites constitucionais consagrados. Em outras situações, sobretudo ligadas à descontinuidade territorial, é também comum a concessão de graus de autonomia legislativa, dentro do normativo constitucional, a territórios, regiões, comunidades e até cidades. Existem centenas de casos destes em todo o mundo.

Descendo a montanha

Despertamos da nossa reflexão pelo desconforto deste final de tarde. O vento levantou-se agora mais forte e o Sol está a esconder-se lentamente por detrás do Forte da Carvalha, ali mesmo ao lado. As águias, que sobre nós pairaram atentas a tudo o que se mexia entre a rasteira vegetação, regressam agora aos seus ninhos nas escarpas. É tempo de regressarmos à comunidade que nos conforta e nos acolhe. Vamos deixar a montanha entregue à astúcia das raposas e ao trote dos javalis. Mas voltaremos noutro dia. Ao longo da obra tornaremos a subir a novas montanhas, de onde tudo se avista e se torna compreensível, e a descer ao interior dos vales, onde tudo nos parece singular e exige explicação.

Capítulo 1

Os interesses e as causas

Uma noite estrelada

Anoiteceu. E se durante o dia olhámos da montanha para o vale, agora olhamos para cima e o que vemos é de cortar a respiração: milhões e milhões e milhões de pontinhos luminosos adornando o espaço celeste. Tudo isto nos parece esmagador. Afinal, nós, humanidade, somos apenas minúsculos pedaços de poeira assentes num grão de areia à deriva pelo universo.

Na verdade, não conseguimos ainda encontrar uma boa explicação para a pergunta fundamental de todas as perguntas fundamentais: Porque estamos aqui? Temos sempre o conforto religioso expresso no início do Génesis de que, «no princípio, Deus criou os céus e a terra», mas sucessivas gerações de astrónomos, físicos e matemáticos, armados de telescópios, detetores de partículas e fórmulas de cálculo, não cessaram entretanto de acrescentar novas perguntas ao nosso modesto conhecimento deste universo em expansão. Aparentemente, o Big Bang terá ocorrido há mais de 13,8 mil milhões de anos (ESA, 2013). Quanto mais observamos, mais dúvidas temos e o conforto é cada vez menor: como acabaremos nós, humanos, se até as galáxias colidem umas com as outras?

Já acreditámos num firmamento sólido cravado de astros brilhantes, numa Terra em forma de disco plano, e o nosso minúsculo planeta já ocupou, nas teorias do século IV ao século XVII, o centro do universo. E também já demos mais importância ao nosso Sol, que entretanto despromovemos a uma estrela comum entre as mais de 100 mil milhões de estrelas que compõem a Via Láctea, a galáxia espiral onde o nosso sistema solar se insere. Entretanto também já descobrimos muitas outras galáxias. Entretanto passámos de muitas outras galáxias para mais de 200 mil milhões. E à medida que vemos mais longe no espaço, vemos também mais longe no tempo.

O lançamento pela NASA do James Webb Space Telescope, a 25 de dezembro de 2021, permite agora ver ainda mais longe e perceber que afinal a 630 anos-luz de nós, na região central da nuvem molecular fria de Chamaeleon I, existem formas complexas de moléculas congeladas naquele ambiente de gelo. Ora, «se pretendermos construir um planeta habitável no espaço, os gelos são um ingrediente vital, por serem a principal fonte dos elementos fundamentais – carbono, hidrogénio, oxigénio, nitrogénio e enxofre. Estes elementos são ingredientes importantes para o aparecimento de atmosferas planetárias e de moléculas como os açúcares, os álcoois e simples aminoácidos» (NASA, 2023). Haverá, com toda a probabilidade, mais vida no universo do que aquela que neste planeta azulado vamos observando.

Ainda não conseguimos saber porque estamos aqui. Também é pouco provável que alguma vez encontremos uma resposta satisfatória. Mas não é isso que nos vai paralisar em termos de formulação de perguntas: O que nos move enquanto seres humanos? Para onde e por onde queremos ir? Se conhecemos ainda tão pouco sobre o nosso passado, que esperança devemos ter de que saberemos algo sobre o nosso futuro?

Ambição

Na Birmânia, há 100 milhões de anos, uma abelha regressando ao seu ninho ficou presa e preservada numa gota de âmbar. George Poinar, um entomologista norte-americano que se especializou no estudo de insetos fossilizados, descobriu nela pólen agarrado ao pelo das suas patas e larvas parasitas que aproveitavam a boleia para o ninho da abelha para se alimentarem das larvas da colmeia (Poinar, 2020). Podia ter sido hoje. Já quando comparamos as primeiras cidades humanas, surgidas há cerca de 11 mil anos no crescente fértil entre o Mediterrâneo e o golfo Pérsico, com as nossas megalópoles contemporâneas, encontramos imensas diferenças. Não falamos apenas de uma questão de escala, mas também da complexidade dos sistemas de mobilidade e de comunicação, e das relações sociais, económicas e políticas que hoje estabelecemos. Evoluímos criando. Não aumentámos apenas a escala das nossas realizações como num formigueiro de sucesso, mas alterámos conceitos, dinâmicas, inter-relações. Concebemos, desenhamos e realizamos. Pegamos numa folha de papel em branco e inventamos uma nova cidade.

Um gato pequenino será, quando for grande, um grande gato. Mas um jovem ser humano não ambiciona apenas vir a ser um humano adulto quando crescer. Quer ser bombeiro ou polícia, médica ou enfermeira, soldado ou desportista e, por que não, astronauta? Por que não fazer uma viagem intergaláctica? Porquê resignar-se ao que os outros já foram ou planearam para si?

A ambição. Ambição é o que fundamentalmente operacionaliza a diferença entre os animais humanos e todos os restantes animais. A ambição contempla, por um lado, uma visão sobre o futuro, a noção de que podemos ser diferentes daquilo que somos, e, por outro lado, a percepção de que detemos uma capacidade transformadora sobre a natureza física e as construções sociais. O que seremos não é o que somos nem o que fomos: é o que quisermos. É isto a ambição.

Nem todas as ambições encontram condições para se cumprirem. Outros seres humanos têm ambições que competem com as nossas e as próprias sociedades impõem limitações à plena expressão dos nossos desejos. E faltam-nos frequentemente meios e instrumentos para a sua realização. Os recursos que gostaríamos de aplicar nem sempre estão disponíveis para a realização das nossas vontades. Residem, em nós e à nossa volta, imensos sonhos por realizar.

Interesses e causas

As nossas ambições nem sempre estão dirigidas para a obtenção de benefícios individuais. Como seres eminentemente sociais, também temos ambição de transformar os corpos sociais em que nos inserimos. É difícil, como bem intuímos, que alguém sozinho tenha uma capacidade de transformar o mundo. Mas inúmeras vezes acabamos por encontrar outros seres humanos disponíveis para colaborar connosco na realização de objetivos comuns. É importante aqui distinguir dois tipos de objetivos: os que visam o sucesso, o proveito e o empoderamento de um grupo específico em relação aos demais, e os objetivos que beneficiam todos os seres humanos, sem distinção.

Um lóbi, um sindicato, uma associação patronal, uma ordem profissional, um clube de futebol e outros grupos idênticos na sua natureza pretendem a valorização patrimonial, o reconhecimento social ou o aumento do

poder negocial dos seus associados. Falam por eles, reivindicam por eles, negociam por eles. Outros grupos sociais, a que chamamos muitas vezes movimentos, lutam por causas globais, como o fim dos combustíveis fósseis, o fim dos plásticos, o fim da desflorestação, o fim da fome. Estão convictos de que o que defendem é útil para toda a humanidade. Nem uns são bons nem os outros são maus. Todos fazem parte das dinâmicas de poder que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Importa, portanto, objetivar que o que definimos como *ambição* para o ser humano se traduz, nos grupos sociais, em interesses e causas. Um *interesse* é um objetivo a alcançar ou a preservar que visa o empoderamento de um ator ou de um grupo específico em relação aos demais, enquanto uma *causa* é um objetivo a alcançar ou a preservar que beneficia toda a humanidade por igual. De uma forma geral, podemos dizer que um interesse é um objetivo mais egoísta, por beneficiar mais uns do que outros, ou mesmo à custa de outros, enquanto uma causa é uma pretensão mais altruísta, prosseguida em benefício dos outros e, frequentemente, à custa de sacrifícios do próprio agente.

Não devemos, nesta como em todas as análises, ser absolutamente ingénuos acreditando apenas na cor da embalagem. Nem as causas são sempre nobres, nem os interesses invariavelmente mesquinhos. Frequentemente os interesses mais mesquinhos disfarçam-se de causas nobres para mais facilmente e com menor oposição atingirem os seus objetivos. As estratégias de mistificação estão em todo o lado. Já reparámos que, de repente, todos ficaram verdes, orgânicos e descarbonizados.

As organizações sociais não têm vontade própria. Esvaziemo-las das pessoas e acabarão por se dissolver. Afinal não há associações sem associados nem líderes sem liderados. Os líderes interpretam os anseios dos seus associados e transformam-nos em objetivos a atingir. É por esta intermediação de natureza intrinsecamente humana que as organizações sociais parecem usufruir das mesmas virtudes dos seres humanos e padecer dos seus mesmos defeitos. Não há organizações sociais perfeitas porque são constituídas por pessoas na sua base e, no seu topo, são chefiadas também por pessoas. Por isso atribuímos às organizações os mesmos adjetivos que atribuímos aos seres humanos: empreendedoras, corajosas, sensíveis, cruéis, corruptas.

O desempenho de uma organização depende das condições existentes em cada época histórica, da vontade e das características dos seus membros e da liderança mobilizadora das suas chefias. Algumas parecem conflituosas

e outras colaborativas. Algumas adoram a competição e outras estimulam a cooperação. Algumas persistem viradas para a satisfação dos seus interesses próprios e outras abraçam a filantropia. Torna-se evidente que é enorme a possibilidade de os interesses de umas poderem colidir com os interesses das outras e a possibilidade de encontrarmos causas e interesses em lados distintos das trincheiras é ainda maior. Podemos, portanto, encontrar competição e conflito entre interesses, entre causas e entre causas e interesses.

Tanto os interesses como as causas utilizam uma multiplicidade de instrumentos e de métodos para atingirem os seus objetivos. Alguns serão pacíficos, consensuais, aceites ou tolerados, mas outros são desmesurados, prepotentes, ofensivos, violando os nossos direitos e liberdades coletivas e individuais. É por isso que devemos estar atentos não apenas à dinâmica dos interesses e das causas mas também aos métodos legítimos ou ilegítimos de que se servem para alcançar ou promover os respetivos objetivos. O cidadão moderado vê com enorme desconfiança que um objetivo nobre possa ser alcançado ou promovido por métodos violentos ou degradantes da condição humana.

Adquirem particularmente importância na ordem internacional os interesses dos estados, pela capacidade que estes atores possuem de aceder a múltiplos recursos, de gerar capacidades e de dispor de instrumentos de coação particularmente poderosos. Mas que interesses são estes e como surgem?

Os interesses dos estados

Tal como os outros corpos sociais, os estados não possuem vontade própria. Mas, no final do século XIX, chegou a teorizar-se de forma diferente. A sociologia organicista comparava a sociedade politicamente organizada a um ser vivo, em que as pessoas se constituíam como as células desse organismo. Esta visão encontrou eco na teorização geopolítica inicial do século XIX quando as correntes deterministas procuraram encontrar uma vida própria nos estados. Compreende-se como era tentador comparar as funções vitais, que encontramos no corpo humano, com as funções operativas desempenhadas pelas fronteiras (a pele humana), as montanhas (a estrutura óssea), os rios (as veias e as artérias) e outras particularidades

da natureza que constituiriam os órgãos vitais de um estado. O estado seria, portanto, um organismo vivo, sujeito às leis da natureza, com nascimento, crescimento e expansão, e eventual ocaso. E teria certamente vontade própria, sobrepondo-se à vontade dos seus próprios cidadãos.

Mesmo que os estados não possuam vontade própria, os seus governos possuem. E exprimem os interesses de cada estado através de declarações e atos públicos, de diplomacia reservada ou de ações de cooperação, de competição ou de conflito. De acordo com a sua natureza temporal, podemos encontrar dois tipos de objetivos prosseguidos: os de natureza conjuntural, como a organização de um grande evento político, cultural, religioso ou desportivo, que se extinguem quando são realizados, e os de natureza permanente, que exigem a disponibilização continuada de recursos, organizações específicas e visões estruturadas. É o caso de todos aqueles que se relacionam com a soberania territorial, por exemplo.

Podemos igualmente olhar para os interesses dos estados de acordo com as suas especificidades. Cada estado tem os seus interesses próprios a defender, mas existem também interesses genéricos que são uma preocupação de todos eles, porque fazem parte das funções essenciais de um estado enquanto ator da sociedade internacional. Entre esses interesses genéricos comuns a todos eles contam-se os que garantem a perenidade do estado e se relacionam com o exercício da sua soberania, como a independência nacional, a integridade territorial ou a liberdade de ação do seu poder político. Também são interesses comuns visualizáveis em todos os estados os que se relacionam com o desenvolvimento económico e social das respetivas populações, assegurando-lhes a prosperidade, a segurança e o bem-estar.

Mais interessantes para a análise geopolítica são os interesses específicos. Com efeito conseguimos identificar ao longo de muitas décadas, e, por vezes, ao longo de muitos séculos, linhas de continuidade nos comportamentos específicos de cada um dos estados. A identificação dos interesses específicos permanentes acrescenta previsibilidade ao sistema e permite antecipar reações: os EUA não abdicam da liberdade de circulação marítima, o Reino Unido não cessa de desconfiar das alianças continentais, a Rússia não deixa de olhar para os mares quentes, a Suíça não abandona a sua tradicional neutralidade, Portugal identifica-se com o Atlântico, a Turquia oscila entre a Europa e a Ásia, o Brasil não quer alianças militares externas atuando no Atlântico Sul. Todos estes interesses específicos possuem uma forte fundamentação geográfica e a perenidade de muitos destes interesses resulta do

facto de a geografia permanecer a mesma. A geografia é a grande força geradora dos interesses específicos dos estados.

Os interesses podem beneficiar-se mutuamente, abrindo espaço para a cooperação e as alianças, podem também ser concorrentes, abrindo espaço para a competição e a necessidade de regulação externa, ou podem ser inconciliáveis, abrindo espaço para a confrontação. Sempre que existe uma séria colisão de interesses entre os atores do sistema internacional entramos no domínio da crise e, eventualmente, do conflito e da guerra.

Crise, conflito e guerra

Qualquer colisão de interesses entre atores do sistema internacional conduz ao aparecimento de tensões, isto é, de perturbações que afetam o normal relacionamento entre os atores. Porque os atores e as suas razões são muito diversos, também as tensões se manifestam numa multiplicidade de domínios. Pode haver tensões diplomáticas provocadas por declarações infelizes ou propositadas, pode haver tensões securitárias provocadas por grupos políticos armados, pode haver tensões económicas provocadas por diferentes benefícios fiscais ou tarifas aduaneiras, pode haver tensões financeiras geradas pelo aumento dos juros ou da inflação, pode haver tensões religiosas originadas por atos provocatórios. Todas estas tensões são usuais na ordem internacional, fazem parte do seu dia a dia e encontram frequentemente solução através de compromissos obtidos à mesa das negociações. Estas tensões dizem respeito à colisão de interesses diferentes que, com graus de importância diversa, correspondem a objetivos negociáveis. Mas há objetivos a atingir que, pela sua estreita relação com os interesses vitais dos estados, não são facilmente negociáveis e se prestam ao agudizar das tensões e à sua elevação ao patamar da crise. A *crise* constitui um patamar de tensões extremadas, entre dois ou mais atores do sistema internacional, em que a possibilidade de evolução para o patamar do conflito ou da guerra não é despendida. Uma crise é normalmente a sinalização de um desconforto e, também, um instrumento político-estratégico para obrigar o adversário a admitir concessões negociais sob a ameaça de lhe serem aplicadas sanções violentas.

Em 24 de novembro de 2015, um avião *F-16* da força aérea turca abateu um *Sukhoi SU-24M* da Federação Russa sobre a fronteira da Turquia com

a Síria. O lado turco alegou que a aeronave russa tinha violado o seu espaço aéreo em 2,19 quilómetros durante 17 segundos, depois de ter sido avisada para a situação. A Rússia alegou que a aeronave não só não recebeu o aviso como até se encontrava mil metros dentro do território da Síria quando foi abatida. O seu piloto, que se ejetara com vida, foi inesperadamente morto pelas forças rebeldes sírias com simpatias pela Turquia, em território sírio, e um helicóptero de busca e salvamento, entretanto enviado pela Rússia para resgatar os tripulantes, foi também abatido. Houve movimentação de importantes meios militares de ambos os lados, sinalizando o extremar das tensões, e a situação só estabilizou, em junho de 2016, quando o presidente Erdogan enviou uma carta ao seu homólogo russo expressando condolências às famílias das vítimas. Este gesto foi entendido e aceite como um esvaziar das tensões e o fim da crise. Este episódio é uma lição de como pequenos mas sucessivos incidentes não programados podem fazer escalar uma situação de tensão para um patamar de crise e como as dinâmicas de parada e resposta podem alimentar a evolução de uma crise para uma confrontação. Em algum passo deste processo alguém tem de desescalar a crise para evitar a guerra.

A crise não é ainda o conflito ou a guerra, mas pode ser já a sua antecâmara. As partes envolvidas jogam na ameaça da evolução da situação para um estado de confrontação como forma de valorizarem as respetivas exigências. Uma boa gestão da crise é aquela que permite maximizar as vantagens negociais da tensão sem deixar que a mesma degenera em conflito. Mas o conflito pode tornar-se inevitável quando as partes entendem que estão em causa interesses vitais inegociáveis ou quando uma das partes entende que poderá obter, através do emprego da violência, melhores condições do que as que poderia obter pela via negocial pacífica. Nestes casos, o conflito já não é um acidente de percurso mas um ato desejado, planeado e propositado.

Uma passagem deliberada da paz para o conflito faz-se, normalmente, através da introdução conveniente do patamar da crise. As crises possuem uma característica que os atores conhecem e apreciam: amplificam a voz dos atores e recentram as preocupações do sistema internacional sobre um problema que permanecia obscuro ou parecia pouco substancial. Quando os atores precisam de justificar futuros atos de agressão perante a comunidade internacional, o patamar da crise cumpre sempre esse efeito. Ele permite construir a narrativa de que tudo foi feito do ponto de vista da negociação diplomática para evitar a confrontação, mas que, infelizmente, e certamente

por intransigência e incompreensão do que estava em causa, o adversário não deixou outra alternativa que não fosse a evolução para uma situação de conflito. A crise é, nestes casos, deliberadamente provocada.

Se a invasão russa da Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, é uma continuação da anexação da Crimeia em 2014 e das sublevações independentistas no Donbass no mesmo ano, o ambiente de crise que se estabeleceu no final de 2021 e início de 2022 foi uma ação deliberada e cuidadosamente planeada. A execução, em fevereiro de 2021, de exercícios militares pelas tropas paraquedistas russas foi o prenúncio da montagem da crise. Ao longo de 2021, entre exercícios anunciados e deslocamentos surpresa, a Federação Russa reuniu uma capacidade militar importante em zonas avançadas junto da fronteira com a Ucrânia. Tornou-se indisfarçável, no final de novembro de 2021, que unidades táticas já organizadas para o emprego operacional se haviam colocado ao longo de toda a fronteira entre a Rússia e a Ucrânia e também na Bielorrússia. Contabilizavam-se, no início de dezembro, já cerca de 50 agrupamentos táticos de escalão batalhão (BTG – *battalion tactical group*) em áreas de reunião avançadas, cada um com cerca de 600 a 800 soldados, cerca de 10 carros de combate, 40 veículos de combate de infantaria, além de outros sistemas de apoio de combate, como artilharia de campanha, proteção antiaérea ou engenharia, e dotados de apoio logístico para garantir uma certa capacidade de autonomia. O nível de preparação militar que se verificava sugere que a opção pela invasão da Ucrânia já havia sido tomada antes e que a crise servia apenas de patamar amplificador das justificações que o Kremlin pretendia que o sistema internacional ouvisse. Ao enviar aos EUA, em 15 de dezembro de 2021, um documento formal com as exigências para terminar a crise – onde constavam questões impossíveis de aceitar, como a implementação de uma máquina do tempo que fizesse regressar a presença da NATO no Leste europeu à situação de 27 de maio de 1997 e a garantia de que nunca a Geórgia e a Ucrânia fariam parte da Aliança –, a Rússia sabia que era impossível alcançar um compromisso. A crise já tinha cumprido os seus efeitos. Era hora de avançar com a invasão militar.

Conflito e guerra não são a mesma coisa. O *conflito* é a aplicação efetiva de medidas de coação de um ator sobre o outro, com o objetivo de sinalizar um descontentamento e de obter uma diferente postura do adversário. Tais medidas de coação são frequentemente aplicadas de forma gradual e podem ser de natureza setorial. Num conflito diplomático pode reduzir-se a

representação diplomática, expulsar-se um embaixador ou até fechar-se por completo uma embaixada; num conflito económico podem aplicar-se sanções ou taxas aduaneiras diferenciadas; num conflito político global podem deixar-se avisos, recomendações ou condenações através de votações da Assembleia Geral das Nações Unidas. Num conflito, para além dos elementos de sinalização de um descontentamento, aparecem instrumentos de coação, mesmo que de nível apenas setorial. Mas na guerra tudo se extrema. Não se pretende apenas alterar o comportamento do adversário, mas impor-lhe uma derrota com consequências políticas. A *guerra* é uma forma extrema de conflito conduzida pela política e em que todos os instrumentos de coação disponíveis são aplicados com extrema violência sobre o adversário, com o objetivo de o obrigar a aceitar a nossa vontade.

Se na crise domina o mecanismo diplomático e no conflito sobressaem os mecanismos sancionatórios, na guerra prevalece a aplicação do instrumento militar. Mas, apesar de ter uma forte expressão militar, a guerra é iniciada por motivos políticos, conduzida dentro dos parâmetros estabelecidos pela política e tem sempre um desfecho político, quer termine com uma vitória militar no teatro de operações ou por um acordo obtido à mesa das negociações. Frequentemente um desfecho desfavorável numa guerra conduz à queda da liderança política do perdedor e, muitas vezes, à alteração do seu próprio regime político. O futuro dos regimes está sempre em causa quando se inicia uma guerra e os atores estão conscientes desse facto.

A guerra é um fenómeno intrinsecamente humano. Nasce certamente com as primeiras comunidades humanas e é gerada pelo espírito de preservação do grupo. A violência parece inscrita no nosso ADN e, por isso, sempre disponível a manifestar-se independentemente da época histórica. Assemelha-se aos mecanismos de sobrevivência que encontramos em todos os seres vivos, mas é desmesuradamente amplificada pela ambição dos humanos. Também há colónias de formigas que lutam entre si, mas nós introduzimos na equação da violência a vingança, que vai legitimando o crescendo das ações e dos instrumentos ao serviço da guerra, e também a memória das vitórias e das derrotas anteriores que subsistem no nosso subconsciente coletivo e que podem, nas adequadas situações de tensão, tornar a incendiar os nossos espíritos. O perigo para o futuro da humanidade é o de que se venha a admitir que os mecanismos de guerra entre comunidades humanas sejam expressões darwinistas da perpetuação dos mais fortes. Andamos todos juntos nesta arca do tempo à deriva no espaço e nenhum de nós está a mais.